

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including an arrow pointing to the right and several illegible signatures.

# **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE GUIMARÃES**

**Anexo**

**31-12-2024**

## 1 Identificação da Entidade

A "SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE GUIMARÃES", instituída no ano de 1511 é uma associação de fiéis, constituída na ordem jurídica canónica. Está reconhecida como Instituição Privada de Solidariedade Social, com sede em Rua da Rainha D. Maria II, nº 48 2º. Tem como objetivo satisfazer carências sociais e praticar atos de culto católico para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

- Assistência Social
  - Apoio à terceira idade
    - Lares residenciais
      - Lar Rainha D. Leonor
      - Centro de Solidariedade Humana Prof. Emídio Guerreiro
      - Lar S. Paio
      - Casa de Repouso de Donim
  - Apoio à comunidade
    - Habitações Sociais
    - Cantina Social
  - Apoio à deficiência
    - Lar Residencial Alecrim
    - Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão
- Apoio à saúde
  - Unidade de Cuidados continuados
- Apoio à cultura e culto
  - Percurso Museológico no Convento de Santo António dos Capuchos
  - Bibliotecas
  - Igrejas e Capelas

## 2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 Em 2024 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho ;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI)

2.2 Nenhuma disposição da normalização contabilística para as ESNL foi derrogada.

2.3 Não existem contas de Balanço ou de Demonstração de resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com as do exercício anterior.

## 3 Principais Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas e Erros

### 3.1 Principais políticas contabilísticas

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL).

#### 3.1.1 Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras;

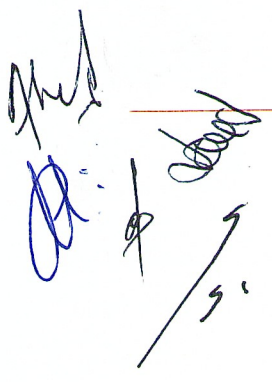
##### 1) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações ou das perdas por imparidade acumuladas.

Os bens atribuídos a título gratuito à Instituição encontram-se mensurado pelo justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na sua contabilidade, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As despesas de manutenção e reparação, que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são reconhecidas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho ou perda resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido ou a receber na transação e a quantia escriturada desse ativo, líquida de depreciações e imparidades acumuladas, sendo reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.



Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6-10
Equipamento transporte	4-8
Equipamento administrativo	6-12
Outros ativos fixos tangíveis	6

## 2) Bens do património histórico e cultural

Aos bens do património histórico, artístico e cultural foi atribuído, à data de registo inicial, para efeitos de contabilização (1990) um valor que se presumiu ser de mercado e que foi anulado por igual valor de depreciações acumuladas.

Os bens do património histórico e cultural adquiridos, são mensurados ao custo de aquisição.

Os bens que foram atribuídos à entidade a título gratuito encontram-se mensurados pelo justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na sua contabilidade.

Estes bens têm como característica o facto de não poderem ser substituídos, e não se destinarem a ser realizados, consumidos ou vendidos no decurso da normal atividade da instituição.

As benfeitorias realizadas, caso prolonguem a vida dos bens ou aumentem a sua capacidade são reconhecidas como ativo sendo mensuradas ao custo de aquisição deduzido de depreciações e imparidades acumuladas.

As despesas de manutenção e reparação que não são suscetíveis de prolongar a vida útil dos bens são consideradas como gastos do período em que ocorrem.

As imparidades são reconhecidas de acordo com a vida útil esperada.

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios	50
Telas	50
Obras de arte	6-10

## 3) Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis são registados ao custo, deduzido de amortizações acumuladas. As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante sua a vida útil estimada.

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	5
Programas de Computador	3

## 4) Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

## 5) Ativos e passivos financeiros

### a) Locações

A classificação das locações como financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma dos contratos. Nas locações financeiras o valor dos bens é registado no balanço como ativo e a correspondente responsabilidade é registada no passivo, na rubrica “financiamentos obtidos”. Os juros incluídos nos pagamentos e a depreciação do ativo são registados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

### b) Custos dos empréstimos obtidos

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime de acréscimo.

### c) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas ao custo. As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

### d) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo ao custo.

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados no período de acordo com o regime de acréscimo.

### e) Dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a terceiros que não vencem juros são registadas ao custo. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessam as obrigações dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

### f) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica “caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa e depósitos à ordem que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

## 6) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas em cada data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes são definidos pela Entidade como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. A Entidade não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

### **7) Rédito**

O rédito relativo a vendas, prestação de serviços, juros, dividendos, decorrentes da atividade ordinária da Instituição é reconhecido pelo valor livremente fixados entre as partes contratantes. O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido na demonstração de resultados quando são transferidos para o comprador os riscos e vantagens da propriedade do bem.

Nas prestações de serviços, porque são continuadas, o valor do rédito é reconhecido numa base de linha reta.

### **8) Subsídios dos Governo**

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos. Os subsídios relacionados com rendimentos são reconhecidos como rendimentos do próprio período. Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional ( taxa de depreciação do bem ).

### **9) Benefícios dos empregados**

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, diuturnidades, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela mesa administrativa.

São ainda incluídas as contribuições para a segurança social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo.

## 10) Imparidade de ativos

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos da entidade com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade.

Sempre que a quantia escriturada pelo qual o ativo se encontra reconhecido seja superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, a qual é registada na demonstração dos resultados.

A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

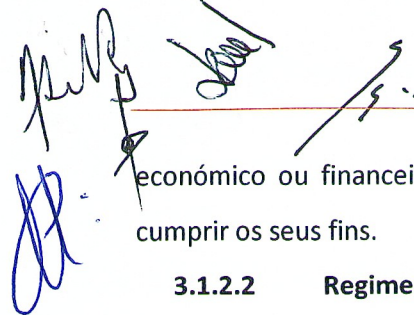
### 3.1.2 Outras políticas contabilísticas

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

Foram respeitados e seguidos os seguintes princípios:

#### 3.1.2.1 Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito



económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

#### **3.1.2.2 Regime do Acréscimo (periodização económica)**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

#### **3.1.2.3 Consistência de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

#### **3.1.2.4 Materialidade e Agregação**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

#### **3.1.2.5 Compensação**

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

### **3.1.3 Principais pressupostos relativos ao futuro**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

Os eventos ocorridos após a data de balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

O maior fator de incerteza em termos de fluxos económicos, está centrado na imprevisibilidade dos preços dos bens de consumos de toda a natureza e essencialmente no sector energético. A falta de mão-de-obra é também

um forte fator de perturbação para formação diária das equipas de trabalho .A inflação e o aumento da massa salarial foram fatores relevantes A continuidade deste cenário é preocupante tendo em conta a dificuldade em aumentar as receitas.

Em 2024 a instituição deu continuidade a um ciclo, já iniciado em 2023, com novos órgãos sociais e nova dinâmica. A procura de serviços mantém-se num patamar elevado, o melhoramento das condições de oferta é constante e a dinamização das equipas de trabalho é o objetivo principal.

As obras em curso de beneficiação dos edifícios permitirão obter ganhos, no futuro, através da redução dos permanentes gastos de conservação e oferecer mais conforto aos utentes.

A tabela salarial, em consequência da sistemática atualização da remuneração mínima mensal garantida, encontra-se desajustada. A atual mesa administrativa tem também como objetivo reorganizá-la, mas reconhece que também será necessário melhorar o planeamento e organização do trabalho de forma a aumentar a produtividade do mesmo.

Apesar dos fortes desafios que o futuro apresenta, a mesa administrativa tem consciência que só os ultrapassará com resiliência e coragem e o imprescindível apoio dos trabalhadores , colaboradores, utentes e fornecedores.

### **3.1.4 Principais fontes de incerteza das estimativas**

As estimativas e os pressupostos foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data da aprovação das demonstrações financeiras. As alterações às estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas de forma prospetiva.

Principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras:

- a) Vida útil de ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- b) Análise de imparidade de ativos;

### **3.2 Alterações nas políticas contabilísticas**

Não aplicável

### **3.3 Alterações nas estimativas contabilísticas**

Não aplicável.

### **3.4 Correção de erros de períodos anteriores**

Não aplicável.

### **3.5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL**

Não aplicável.

## **4 Ativos Fixos Tangíveis**

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas exceto os ativos fixos tangíveis adquiridos até 31 de dezembro de 1990 que se encontram registados ao seu custo de aquisição ou produção deduzido a 100% de depreciações acumuladas.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas pelo método das quotas constantes com os seguintes períodos de vida útil :

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6-10
Equipamento transporte	4-8
Equipamento administrativo	6-12
Outros ativos fixos tangíveis	6

As despesas de manutenção e reparação, que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros, são registados como gastos no período em que são incorridos.

#### 4.1 Bens do património histórico, artístico e cultural

Aos bens do património histórico, artístico e cultural foi atribuído, à data de registo inicial para efeitos de contabilização (1990) um valor que se presumiu ser de mercado e que foi anulado por igual valor de depreciações acumuladas.

As benfeitorias realizadas nos bens imóveis, caso prolonguem a vida dos bens ou aumentem a sua capacidade são reconhecidas como ativo - património artístico e cultural, sendo mensuradas pelo custo de aquisição e depreciadas de acordo com a vida útil estimada.

Para os bens móveis (obras arte) foi efetuada a sua inventariação, mas não se encontram reconhecidos contabilisticamente por não ter sido quantificado o seu justo valor.

Deste grupo de ativos no período de 2023 e 2024, ocorreram os seguintes movimentos:

Descrição	Saldo inicial	Aquisições/Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Em 2023						
<b>Custo</b>						
Bens imóveis	276 532,35					276 532,35
Bibliotecas	49 879,79					49 879,79
Museus	356 705,01					356 705,01
Bens móveis	230 269,68			25 345,59		255 615,27
	<b>913 386,83</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>25 345,59</b>	<b>0,00</b>	<b>938 732,42</b>
Em 2024						
<b>Custo</b>						
Bens imóveis	276 532,35					276 532,35
Bibliotecas	49 879,79					49 879,79
Museus	356 705,01					356 705,01
Bens móveis	255 615,27	0,00				255 615,27
	<b>938 732,42</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>938 732,42</b>

Em 2023						
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Bens imóveis	250 484,29	542,67				251 026,96
Bibliotecas	49 879,79					49 879,79
Museus	99 877,40	7 134,10				107 011,50
Bens móveis	213 909,82	5 159,57				219 069,39
	<b>614 151,30</b>	<b>12 836,34</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>626 987,64</b>
Em 2024						
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Bens imóveis	251 026,96	542,67				251 569,63
Bibliotecas	49 879,79					49 879,79
Museus	107 011,50	7 134,10				114 145,60
Bens móveis	219 069,39	410,53		(6 328,42)		213 151,50
	<b>626 987,64</b>	<b>8 087,30</b>	<b>0,00</b>	<b>(6 328,42)</b>	<b>0,00</b>	<b>628 746,52</b>

	2023	2024
<b>Valores líquidos</b>		
Bens imóveis	25 505,39	24 962,72
Bibliotecas	0,00	0,00
Museus	249 693,51	242 559,41
Bens móveis	36 545,88	42 463,77
	<b>311 744,78</b>	<b>309 985,90</b>

#### 4.2 Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2023 e de 2024, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Activos fixos tangíveis		Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções		Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros Activos Fixos Tangíveis	Equipamentos biológicos	Activos fixos tangíveis em curso	Totais
			Terrenos	Edifícios							
Em 01/01/2023	Quantias brutas escrituradas	266 623,44	0,00	5 319 367,13	1278 719,96	59 764,74	679 314,82	280 010,53	0,00	131976,79	18 15 777,41
	Depreciações acumuladas	266 623,44	0,00	11930 295,81	1190 715,56	53 464,74	666 658,55	277 200,69	0,00	0,00	14 484 958,79
	Quantias líquidas escrituradas	0,00	0,00	3 389 071,32	88 004,40	6 300,00	12 656,27	2 809,84	0,00	131 976,79	3 630 818,62
Adições				5 455,23	12 934,23		26 488,24			70 119,04	124 996,74
Transferências										(25 345,59)	(25 345,59)
Alienações, sinistros e abates											0,00
Outras alterações											0,00
Transferências de depreciações											0,00
Abates de depreciações											0,00
Depreciações				14158150	31757,60	3 50,00	20 045,74	545,60			197 080,44
Em 31/12/2023 (01/01/2024)	Quantias brutas escrituradas	266 623,44	0,00	5 334 822,36	1291654,19	59 764,74	705 803,06	280 010,53	0,00	176 750,24	18 25 428,56
	Depreciações acumuladas	266 623,44	0,00	12 071877,31	1222 473,16	56 614,74	686 704,29	277 746,29	0,00	0,00	14 682 039,23
	Quantias líquidas escrituradas	0,00	0,00	3 262 945,05	69 181,03	3 150,00	19 098,77	2 264,24	0,00	176 750,24	3 533 389,33
Adições				17 884,48	5 865,37		6 999,57			173 081,40	203 830,82
Transferências					128,56		(128,56)				0,00
Alienações, sinistros e abates				(5 634,29)	(252 620,84)	(29 363,27)	(21287,77)	(2 922,48)			(321828,65)
Outras alterações				(7 468,50)			8 757,36	4 987,98		(102 459,00)	(96 182,16)
Transferências de depreciações											0,00
Abates e outras alterações de depreciações				(5 246,01)	(237 797,20)	(29 363,27)	(22 118,61)	(2 922,48)			(307 447,57)
Depreciações				139 076,12	16 611,98	3 50,00	11506,69	671,09			17105,88
Em 31/12/2024	Quantias brutas escrituradas	266 623,44	0,00	5 329 604,05	1045 027,28	130 401,47	700 143,66	282 076,03	0,00	247 372,64	18 001248,57
	Depreciações acumuladas	266 623,44	0,00	12 195 707,42	1001287,94	130 401,47	676 092,37	275 494,90	0,00	0,00	14 545 607,54
	Quantias líquidas escrituradas	0,00	0,00	3 133 896,63	43 739,34	0,00	24 051,29	6 581,13	0,00	247 372,64	3 455 641,03

Em dezembro de 2019 foi celebrado um contrato de locação financeira para a aquisição de uma viatura ligeira de mercadorias no valor de 15.750,00 € (quinze mil setecentos e cinquenta euros) a liquidar em 74 (setenta e quatro rendas mensais). A entrada em funcionamento foi em 2020. Está em dívida o montante de 3.005,95 (três mil e cinco euros e noventa e cinco centavos). Em 2025, será pago o montante de 2.691,58 € (dois mil seiscentos e noventa e um euros e cinquenta e oito centavos). Em janeiro de 2026 (21/01/2026) será liquidado o restante no montante de 314,37 € (trezentos e quatorze euros e trinta e sete centavos)

Ativos fixos tangíveis em curso	Anterior a 2024	2024	Total
Lar Rainha D. Leonor -obras	64 838,47	150 881,13	215 719,60
Lar Rainha D. Leonor -elevadores	0,00	22 200,27	22 200,27
Lar Alecrim -requalificação edifício ex.Cisave	102 459,00	(102 459,00)	0,00
Bilheteira	6 869,77	0,00	6 869,77
Lar S.Paio -obras	2 583,00		2 583,00
			0,00
<b>Total</b>	<b>176 750,24</b>	<b>70 622,40</b>	<b>247 372,64</b>

Por decisão da mesa administrativa e por razões de ordem técnica foi decidido descontinuar o projeto de requalificação do edifício ex.Cisave para ampliação do Lar Alecrim .

## 5 Ativos Intangíveis

### Outros Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos intangíveis têm vida finita, pelo que as taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	5
Programas de Computador	3

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita é assumido como sendo zero.

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2023, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Em 2023						
<b>Custo</b>						
Projetos de desenvolvimento	316 735,09					316 735,09
Programas de computador	23 891,85					23 891,85
	<b>340 626,94</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>340 626,94</b>
Em 2024						
<b>Custo</b>						
Projetos de desenvolvimento	316 735,09					316 735,09
Programas de computador	23 891,85					23 891,85
	<b>340 626,94</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>340 626,94</b>
Em 2023						
<b>Amortizações acumuladas</b>						
Projetos de desenvolvimento	316 735,09					316 735,09
Programas de computador	21 126,25	2 765,60				23 891,85
	<b>337 861,34</b>	<b>2 765,60</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>340 626,94</b>
Em 2024						
<b>Amortizações acumuladas</b>						
Projetos de desenvolvimento	316 735,09					316 735,09
Programas de computador	23 891,85					23 891,85
	<b>340 626,94</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>340 626,94</b>

	2023	2024
<b>Valores líquidos</b>		
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00
Programas de computador	0,00	0,00
	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

## 6 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

## 7 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

Em 31 de Dezembro de 2023 e de 2024 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário 01 Janeiro	Compras	Reclassif.e regularizaç.	Inventário 31 Dezembro	Consumos
Em 2023					
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	70,84	35 199,46	5 818,10	67,14	41 021,26
Em 2024					
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	67,14	8 707,22	45 987,30	52,07	54 709,59

## 8 Rédito

O rédito é reconhecido no momento da prestação e pelo seu contravalor.

Foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2024	2023
<b>Prestação de Serviços</b>	<b>5 387 240,82</b>	<b>4 817 081,79</b>
<b>Quotas dos utilizadores</b>	<b>2 376 232,44</b>	<b>2 079 496,35</b>
Invalidez e reabilitação	73 598,93	62 485,12
Terceira Idade	2 302 633,51	2 017 011,23
<b>Quotizações e joias</b>	<b>0,00</b>	<b>100,00</b>
<b>Serv.sec e outros serviços</b>	<b>197 659,83</b>	<b>150 201,81</b>
Serviços contratualizados	154 899,82	119 609,43
Serviços diversos	42 760,01	30 592,38
<b>UCC</b>	<b>1 114 460,30</b>	<b>1 041 466,24</b>
<b>UCC- Internamentos</b>	<b>935 362,26</b>	<b>857 295,20</b>
Utentes	248 605,77	215 416,33
Segurança social	323 237,01	314 004,87
ARS	360 476,28	324 483,20
SAD/PSP	3 043,20	3 390,80
<b>UCC- Outros</b>	<b>179 098,04</b>	<b>184 171,04</b>
Medicamentos-ARS	140 085,40	137 675,25
Úlceras - ARS	20 500,00	29 375,00
Fraldas - Segurança social	18 512,64	17 120,79
<b>Subsídios do estado</b>	<b>1 698 888,25</b>	<b>1 545 817,39</b>
Invalidez e reabilitação	260 468,96	240 666,96
Terceira idade	1 426 089,29	1 295 346,93
Cantina Social	12 330,00	9 803,50
<b>Total</b>	<b>5 387 240,82</b>	<b>4 817 081,79</b>

## 9 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

### 9.1 Provisões

Descrição	Autores	2023					
		Saldo Inicial	Aumento	Utilização	Reversão	Saldo final	
Processo judiciais em curso:							
Ação impug.jud.reg.e lic.desp.	2446/20,9T8GMR	Margarida Abreu Leite de Oliveira	5 000,01			5 000,01	
Defesa de contraordenação	123/19,2EABRG	ASAE	1 500,00			1 500,00	
Ação impug.jud.reg.e lic.desp.	4943/21,OT8GMR	Luisa Maria Lobo Fernandes	18 000,00		18 000,00	0,00	
Ação impug.jud.reg.e lic.desp.	4861/21,1T8GMR	Sabine Marques Gama Dinis	21 478,19		21 478,19	0,00	
Ação impug.jud.reg.e lic.desp.	4314/22,OT8GMR	António Luis Oliveira Cunha	12 000,00		10 000,00	2 000,00	
Ação impug.jud.reg.e lic.desp.	4196/23,5T8GMR	Maria Armanda dos Santos Gonçalves		42 296,40		42 296,40	
<b>TOTAL</b>			<b>57 978,20</b>	<b>42 296,40</b>	<b>31 478,19</b>	<b>20 000,00</b>	<b>48 796,41</b>

Descrição	Autores	2024					
		Saldo Inicial	Aumento	Utilização	Reversão	Saldo final	
Processo judiciais em curso:							
Ação impug.jud.reg.e lic.desp.	2446/20,9T8GMR	Margarida Abreu Leite de Oliveira	5 000,01		5 000,01	0,00	
Defesa de contraordenação	123/19,2EABRG	ASAE	1 500,00			1 500,00	
Ação impug.jud.reg.e lic.desp.	4196/23,5T8GMR	Maria Armanda dos Santos Gonçalves	42 296,40			42 296,40	
Ação impug.jud.reg.e lic.desp.	4943/21,OT9GMR	Luisa Maria lobo Fernandes		62 507,60		62 507,60	
<b>TOTAL</b>			<b>48 796,41</b>	<b>62 507,60</b>	<b>5 000,01</b>	<b>0,00</b>	<b>106 304,00</b>

Os processos em curso aguardam marcação de audiência de julgamento no Juízo do Trabalho de Guimarães e outros tribunais.

## 9.2 Passivos contingentes

Processos judiciais em estado pendente ou fixação do valor em causa sem possibilidade de quantificar a provisão a constituir :

Descrição	Autores	
Processo judiciais		
Acidente de trabalho	4013/23,6T8GMR	Lucia Manuela Fernandes Silva
Ação impug.jud.reg.e lic.desp.	4613/23,4T8GMR	Maria do Carmo de Castro Dias
Ação impug.jud.reg.e lic.desp.	7821/24,7T8VNF	Soraya Araújo Marinho
		Estado pendente
		Estado pendente
		Processo na fase de articulados sem fixação do valor em causa

## 10 Impostos

**Estado e outros entes públicos**

	<u>31/dez/24</u>	<u>31/dez/23</u>
<b>Activo</b>		
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	23 978,94	23 797,86
	<u><b>23 978,94</b></u>	<u><b>23 797,86</b></u>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	1 912,38	14 161,12
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	6 896,00	9 088,80
Segurança Social	70 444,21	74 234,69
Outros impostos e taxas	-	-
	<u><b>79 252,59</b></u>	<u><b>97 484,61</b></u>

**11 Diferimentos**

A rubrica “Diferimentos” engloba os seguintes valores:

Descrição	2024	2023
<b>Gastos a reconhecer</b>	<b>26 909,90</b>	<b>26 112,88</b>
Seguros	14 015,11	13 196,34
Outras publicações	12 894,79	12 916,54

Descrição	2024	2023
<b>Rendimentos a reconhecer</b>	<b>1 000,00</b>	<b>0,00</b>
Rendas	1 000,00	0,00

**12 Subsídios do Governo e apoios do Governo**

A entidade auferiu subsídios do governo ao investimento e à exploração.

Os subsídios ao investimento foram recebidos a fundo perdido e de acordo com as normas da NCRF- ESNL foram contabilizados em fundos patrimoniais sendo reconhecidos em proveitos numa base sistemática correspondente às depreciações dos bens do Ativo Fixo Tangível subsidiados. Os registos contabilísticos em 2023 e 2024 foram os seguintes:

Descrição	2023				
	Saldo Inicial	Recebimentos	Regularizações	Reconhecimento anual	Saldo final
Subsídios para investimento					
PIDACC					
Lar Emídio Guerreiro	153 410,66			6 670,02	146 740,64
Lar Donim	107 705,43			4 895,70	102 809,73
Câmara Municipal Guimarães					
Lar Emídio Guerreiro	31 895,42			1 386,76	30 508,66
Largo da Igreja Capuchos	14 256,00			1 296,00	12 960,00
Professor Emídio Guerreiro					
Lar Emídio Guerreiro	54 468,74			1 945,31	52 523,43
Programa Modelar - ARS Norte					
UCC - Unidade Cuidados continuados	380 833,33			10 000,00	370 833,33
FEDER					
Poc - Programa oper. Cultura					
Percurso Museológico	140 015,95			3 889,33	136 126,62
Fundo Rainha D. Leonor					
Património cultural					
Percurso Museológico	10 280,50	7 514,25		2 965,79	14 828,96
TOTAL	892 866,03	7 514,25	0,00	33 048,91	867 331,37

Descrição	2024				
	Saldo Inicial	Recebimentos	Regularizações	Reconhecimento anual	Saldo final
Subsídios para investimento					
PIDACC					
Lar Emídio Guerreiro	146 740,64			6 670,02	140 070,62
Lar Donim	102 809,73			4 895,70	97 914,03
Câmara Municipal Guimarães					
Lar Emídio Guerreiro	30 508,66			1 386,76	29 121,90
Largo da Igreja Capuchos	12 960,00			1 296,00	11 664,00
Professor Emídio Guerreiro					
Lar Emídio Guerreiro	52 523,43			1 945,31	50 578,12
Programa Modelar - ARS Norte					
UCC - Unidade Cuidados continuados	370 833,33			10 000,00	360 833,33
FEDER					
Poc - Programa oper. Cultura					
Percurso Museológico	136 126,62			3 889,33	132 237,29
Fundo Rainha D. Leonor					
Património cultural					
Percurso Museológico	14 828,96			2 965,79	11 863,17
TOTAL	867 331,37	0,00	0,00	33 048,91	834 282,46

Os subsídios à exploração são diretamente lançados em resultados à medida que são recebidos. Existem vários tipos, nomeadamente:

ISS – Programa adaptar social +

Subsídios de acordos com IEFP

Foram os seguintes os valores globais recebidos em 2024 e 2023:

Subsídios	2024	2023
Subsídios do Governo		
IEFP	30 816,32	46 222,22
Câmara Municipal Guimarães	15 000,00	20 000,00
<b>Total</b>	<b>45 816,32</b>	<b>66 222,22</b>

### 13 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são contabilizados ao custo contratado, à exceção de participações em entidades cotadas no mercado de valores que são valorizados ao justo valor.

Assim:

#### 13.1. Passivo corrente e não corrente

Financiamentos Obtidos de Instituições de crédito: contabilizados ao custo, onerosos e contratualizados.

##### Financiamentos obtidos e locações

	31/dez/24			31/dez/23		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
Empréstimos bancários m.l.prazo	685 978,36	93 187,00	779 165,36	959 732,00	40 268,00	1 000 000,00
Locações financeiras	314,37	2 691,58	3 005,95	3 005,94	2 625,19	5 631,13
<b>Total</b>	<b>686 292,73</b>	<b>95 878,58</b>	<b>782 171,31</b>	<b>962 737,94</b>	<b>42 893,19</b>	<b>1 005 631,13</b>

A garantia dos financiamentos bancários : livrança subscrita pela mesa administrativa.

##### Maturidade dos empréstimos bancários

	Total	Menos de 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos obtidos	779 165,36	93 187,00	402 379,00	283 599,36
Locações financeiras	3 005,95	2 691,58	314,37	-
<b>Total</b>	<b>782 171,31</b>	<b>95 878,58</b>	<b>402 693,37</b>	<b>283 599,36</b>

##### Empréstimos bancários:

	Capital a amortizar			Juros a pagar			Comissões a pagar			Total		
	BCP	Montepio	Total	BCP	Montepio	Total	BCP	Montepio	Total	BCP	Montepio	Total
Menos de 1 ano	40 473	52 714	93 187	10 167	16 545	26 712	707	1 133	1 840	51 347	70 392	121 739
Entre 1 ano e 5 anos	177 433	224 946	402 379	24 587	45 449	70 036	1 781	3 172	4 953	203 801	273 567	477 368
Mais de 5 anos	81 632	201 968	283 600	2 543	11 878	14 421	206	797	1 003	84 381	214 643	299 024
<b>Total</b>	<b>299 538</b>	<b>479 628</b>	<b>779 166</b>	<b>37 297</b>	<b>73 872</b>	<b>111 169</b>	<b>2 694</b>	<b>5 102</b>	<b>7 796</b>	<b>339 529</b>	<b>558 602</b>	<b>898 131</b>

Taxa de juro	3,527	3,632
Euribor	3M	6M
Spread	1,000	1,000

Fornecedores gerais: contabilizados ao custo, não onerosos.

#### Fornecedores

	31/dez/24		31/dez/23	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Fornecedores: Gerais	-	302 243,37	-	309 033,64
	<b>-</b>	<b>302 243,37</b>	<b>-</b>	<b>309 033,64</b>

Outros passivos correntes: contabilizados ao custo.

	31/dez/24		31/dez/23	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Clientes e utentes c/c	-	8 186,62	-	1 125,43
Pessoal	-	7 908,17	-	1 740,24
Credores por acréscimo de gastos	-	579 325,08	-	574 803,17
Outros devedores e credores	-	185 340,68	-	222 375,98
Adiantamento de clientes	-	104 686,38	-	104 949,22
	<b>-</b>	<b>885 446,93</b>	<b>-</b>	<b>904 994,04</b>

## 13.2 Investimentos financeiros

Ao custo:

Quantidade	Título	Descrição	2024	2023
20	Acções	Turipenha - Coop. Turismo	10 000,00	10 000,00
3	Acções	TVI	3,00	3,00
		<b>Total</b>	<b>10 003,00</b>	<b>10 003,00</b>

Ao justo valor:

Quantidade	Título	Descrição	2024	2023
92	Acções	SPE	92,00	92,00
105346	Obrigações	Consolidado / 1943	1 250,99	1 270,74
	Fundos	Fundo compensação trabalho(FCT)	33 491,50	34 716,95
		<b>Total</b>	<b>34 834,49</b>	<b>36 079,69</b>

Apurou-se uma redução do justo valor no montante 1.228,92 €

Totais

Descrição	2024	2023
Ao custo	10 003,00	10 003,00
Ao justo valor	34 834,49	36 079,69
<b>Total</b>	<b>44 837,49</b>	<b>46 082,69</b>

### 13.3 Ativo corrente

Caixa e depósitos à ordem: não existem elementos de caixa ou equivalentes que não estejam disponíveis para uso.

O saldo disponível é constituído por:

#### Caixa e depósitos bancários

	Movimentos			31/dez/24
	31/dez/23	Débito	Crédito	
Caixa	9 194,77	610 208,31	616 477,79	2 925,29
Depósitos à ordem	586 074,96	6 339 745,49	6 559 554,77	366 265,68
	<b>595 269,73</b>	<b>6 949 953,80</b>	<b>7 176 032,56</b>	<b>369 190,97</b>

#### Créditos a receber

	31/dez/24		31/dez/23	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Cientes conta corrente: Gerais	-	138 078,40	-	124 566,20
Cientes conta corrente: Utentes	-	107 402,48	-	123 730,29
Cientes de cobrança duvidosa - utentes	-	89 963,02	-	66 796,52
	-	<b>335 443,90</b>	-	<b>315 093,01</b>
Perdas por imparidade acumuladas	-	(89 963,02)	-	(66 796,52)
	-	<b>245 480,88</b>	-	<b>248 296,49</b>


**Cientes Cobrança duvidosa**

	Saldo em 31-Dez-2023	Constituição / reforço	Recebimento/ reversão	Utilização Imparidade	Saldo em 31-Dez-2024
<b>Cientes -utentes</b>					
Em Mora + 24 meses	66 796,52	23 538,00	(371,50)	-	89 963,02
	<b>66 796,52</b>	<b>23 538,00</b>	<b>(371,50)</b>	<b>-</b>	<b>89 963,02</b>
<b>Imparidades</b>					
Em Mora + 24 meses	66 796,52	23 538,00	(371,50)	-	89 963,02
	<b>66 796,52</b>	<b>23 538,00</b>	<b>(371,50)</b>	<b>-</b>	<b>89 963,02</b>
<b>Valor líquido</b>	<b>-</b>				<b>-</b>

**Outros ativos correntes:**

	31/dez/24		31/dez/23	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
<b>Ao justo valor</b>				
Instrumentos financeiros detidos p/negociação	-	5 046,29	-	7 321,67
<b>Ao custo</b>				
Cientes e utentes	-	-	-	2 353,86
Fornecedores		2 159,81		2 157,14
Pessoal		730,69		3 857,82
Devedores por acréscimos de rendimentos		65 672,27		78 901,81
Outros devedores e credores	-	33 206,77	-	148 421,70
Legado em curso		-		145 480,59
Outros		33 206,77		2 941,11
	<b>-</b>	<b>106 815,83</b>	<b>-</b>	<b>243 014,00</b>

Apurou-se uma redução do justo valor no montante de 2.275,38 €

**14 Fundos patrimoniais**

	Saldo Inicial	Débito	Crédito	Saldo Final
Fundo Social	1 814 028,34	-	-	<b>1 814 028,34</b>
Resultados transitados	33 359,04	334 016,28		- <b>300 657,24</b>
Outras variações nos fundos patrimoniais	1 148 463,97	52 890,31	5 750,15	<b>1 101 323,81</b>
Subsídios	867 331,37	38 799,06	5 750,15	<b>834 282,46</b>
Doações	281 132,60	14 091,25		<b>267 041,35</b>
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	- 334 016,28	188 220,10	334 016,28	- <b>188 220,10</b>
	<b>2 661 835,07</b>	<b>575 126,69</b>	<b>339 766,43</b>	<b>2 426 474,81</b>

## 15 Benefícios dos empregados

Os órgãos diretivos da Entidade não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

### 15.1 Número médio de empregados durante o período:

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2024 foi de 234 e em 2023 foi de 245.

### 15.2 Desenvolvimento dos gastos com o pessoal:

	2024	2023
<b>Remunerações ao pessoal</b>	<b>3 125 803,51</b>	<b>3 015 543,69</b>
Remunerações ao pessoal-certas	2 709 433,80	2 618 335,40
<b>Remunerações ao pessoal-adicionais</b>	<b>416 369,71</b>	<b>397 208,29</b>
Subsídio alimentação €	125 462,80	123 881,40
Horas extraordinárias	7 045,11	5 340,55
Trabalho noturno	87 958,85	92 886,26
Abono para falhas	330,48	330,48
Remuneração feriados	59 258,31	52 294,84
<b>Subsídio alimentação espécie</b>	<b>59 029,78</b>	<b>53 716,03</b>
<b>Outras remunerações adicionais</b>	<b>77 284,38</b>	<b>68 758,73</b>
Comissões de serviços	4 090,80	10 119,24
Diuturnidades e outras	73 193,58	58 639,49
<b>Indemnizações</b>	<b>61 569,26</b>	-
<b>Encargos sobre as Remunerações</b>	<b>623 921,23</b>	<b>638 526,56</b>
<b>Seguros acidentes no trabalho e doenças profissionais</b>	<b>87 272,03</b>	<b>73 920,11</b>
<b>Outros gastos com o pessoal</b>	<b>50 841,47</b>	<b>45 258,39</b>
Contrato emprego inserção/Marees	27 244,56	26 290,99
Vestuário e calçado	457,56	5 613,03
Formação profissional - certificação qualidade	4 837,31	4 596,37
Formação profissional - externa	718,00	673,00
Medicina trabalho	8 400,00	8 085,00
Outros custos	9 184,04	-
<b>Total</b>	<b>3 949 407,50</b>	<b>3 773 248,75</b>

## 16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora

Dando cumprimento ao estabelecido no Artigo 210º do Código Contributivo ( lei nº 110/2009 de 16 de Setembro ), informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, para 2023 foi de 3.690 € sendo o mesmo valor para o ano 2024.

## 17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 17.1 Subsídios, doações e legados à exploração

Foram reconhecidos os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2024	2023
Subsídios do estado e outros entes públicos (exploração)	51 566,47	66 222,22
Subsídios de outras entidades	10 000,00	0,00
Doações	134 027,37	0,00
Legados (heranças)	6,51	145 480,59
<b>Total</b>	<b>195 600,35</b>	<b>211 702,81</b>

### 17.2 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, foi a seguinte:

Descrição	2024	2023
Subcontratos	485 642,40	399 537,73
Serviços especializados	396 413,31	419 270,49
Materiais	60 403,14	63 364,55
Energia e fluidos	528 909,13	503 080,59
Deslocações, estadas e transportes	6 745,41	6 774,64
Serviços diversos	481 580,15	508 923,22
<b>Total</b>	<b>1 959 693,54</b>	<b>1 900 951,22</b>

### 17.3 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Rendimentos suplementares	896,85	2 032,16
Rendimentos em investimentos não financeiros	515 806,24	537 596,40
Alienações	67 143,92	0,00
Ganhos em sinistros	356,16	1 359,00
Rendas e outros rendimentos em prop.investimento	448 306,16	536 237,40
Outros rendimentos	176 470,10	187 275,27
Imputação subsidio investimento	33 048,91	45 864,28
Donativos		63 316,43
Outros	143 421,19	78 094,56
<b>Total</b>	<b>693 173,19</b>	<b>726 903,83</b>

### 17.4 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Impostos	8 000,13	2 480,78
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	9 757,45	7 275,00
Outros gastos	166 728,50	66 255,21
<b>Total</b>	<b>184 486,08</b>	<b>76 010,99</b>

### 17.5 Resultados Financeiros

Foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2024	2023
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	47 972,90	33 787,45
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	5 160,34
<b>Total</b>	<b>47 972,90</b>	<b>38 947,79</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	22,62	330,55
Dividendos obtidos	294,11	
<b>Total</b>	<b>316,73</b>	<b>330,55</b>
<b>Resultados financeiros</b>	<b>-47 656,17</b>	<b>-38 617,24</b>

## 17.6 Proposta de aplicação de resultados

A Mesa Administrativa propõe que o resultado líquido do exercício (negativo), que ascendeu a -188.220,10 (cento e oitenta e oito mil duzentos e vinte euros e dez cêntimos), seja aplicado da seguinte forma:

- Resultados transitados : -188.220,10 €

## 17.7 Acontecimentos após a data de Balanço

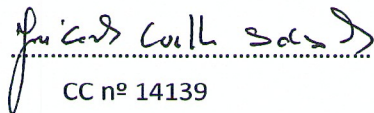
Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

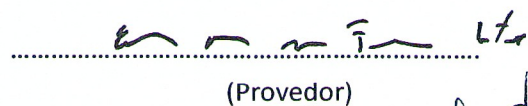
As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas pela Mesa Administrativa.

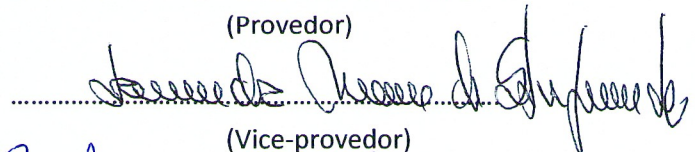
Guimarães, 18 Março de 2025

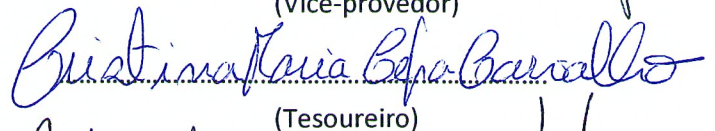
O CONTABILISTA CERTIFICADO

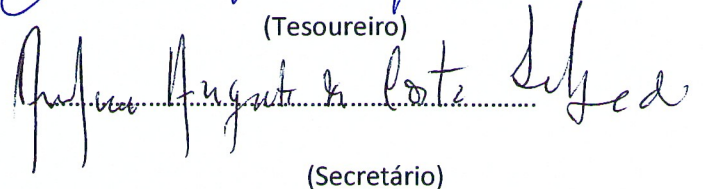
  
CC nº 14139

A MESA ADMINISTRATIVA

  
(Provedor)

  
(Vice-provedor)

  
(Tesoureiro)

  
(Secretário)

